



**Plano Diretor de
Tecnologia da Informação e Comunicação do
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
2015 - 2016**

Controle de Versão do Documento

Data	Versão	Descrição	Autor
16/12/2015	1.0	Versão inicial do PDTI	Equipe de elaboração do PETI-PDTI.
30/03/2016	2.0	Adequações no PDTI em decorrência da necessidade de alinhamento com a ENTIC-JUD regulamentada pela Resolução CNJ 211/2015. Mudança de denominação do plano que passou a ser Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Inclusão de novas iniciativas em sintonia com o Plano de Trabalho da ENTIC-JUD, aprovado pelo CGTI e enviado para o CNJ.	Equipe de elaboração do PETI-PDTI.

Sumário

1	Introdução	4
2	Documentos de Referência.....	5
3	Mapa Estratégico de TIC.....	6
4	Objetivos Estratégicos de TI	7
5	Plano de Iniciativas de TI	8
	Apreciação e Priorização das Iniciativas de TI.....	8
	Iniciativas de TI Analisadas pela Administração.....	9
	Iniciativas de TI para Priorização Futura	15
6	Fatores Críticos de Sucesso	18
7	Plano de Riscos	19
8	Orçamento	22
9	Estrutura Organizacional da STI	24
	Vínculo dos Servidores com o TRT6.....	24
	Formação Acadêmica	25
	Ocupação de Funções Comissionadas.....	26
10	Levantamento de Necessidades de Capacitação	27
	Anexo I - Lista de Siglas.....	30
	Anexo II - Sistemas de Informações em Uso no TRT6	31
	Anexo III – Equipamentos Servidores de Rede.....	37
	Anexo IV – Parque de Microinformática	42
	Anexo V – Atendimentos aos Chamados Técnicos.....	43
	Anexo VI – Contratações	45

1 Introdução

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o período 2015-2016 foi elaborado em atendimento ao disposto no parágrafo único da Resolução CNJ nº. 90/2009. Para tanto, considerou-se o disposto no Art. 2º, inciso XXII, da Instrução Normativa nº 4 de 12/11/2010:

O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

O PDTIC foi construído com base nas diretrizes do Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2020, do Planejamento Estratégico de TIC 2015-2020 (PETIC), das decisões da Presidência, analisadas previamente pelo Comitê Gestor de TI – CGTI, acerca das solicitações de sistemas e soluções de TI, bem como pela identificação de necessidades estruturantes que têm o propósito de assegurar o funcionamento adequado da STI, visando o cumprimento de sua missão institucional. Este plano é composto pelas seguintes seções:

- Documentos de Referência
- Mapa Estratégico da TI
- Objetivos Estratégicos de TI
- Plano de Iniciativas de TI
- Fatores Críticos de Sucesso
- Plano de Riscos
- Orçamento
- Estrutura Organizacional da STI
- Levantamento de Necessidades de Capacitação
- Anexos que reportam as características da STI em termos de infraestrutura, sistemas, contratações e atendimento aos chamados técnicos.

O período de vigência do PDTIC coincide com os exercícios orçamentários 2015 e 2016, sendo possível realizar revisões ao longo desse período em decorrência de demandas oriundas de determinações legais, contingenciamento orçamentário ou outros fatos supervenientes que ensejem alterações nesse plano.

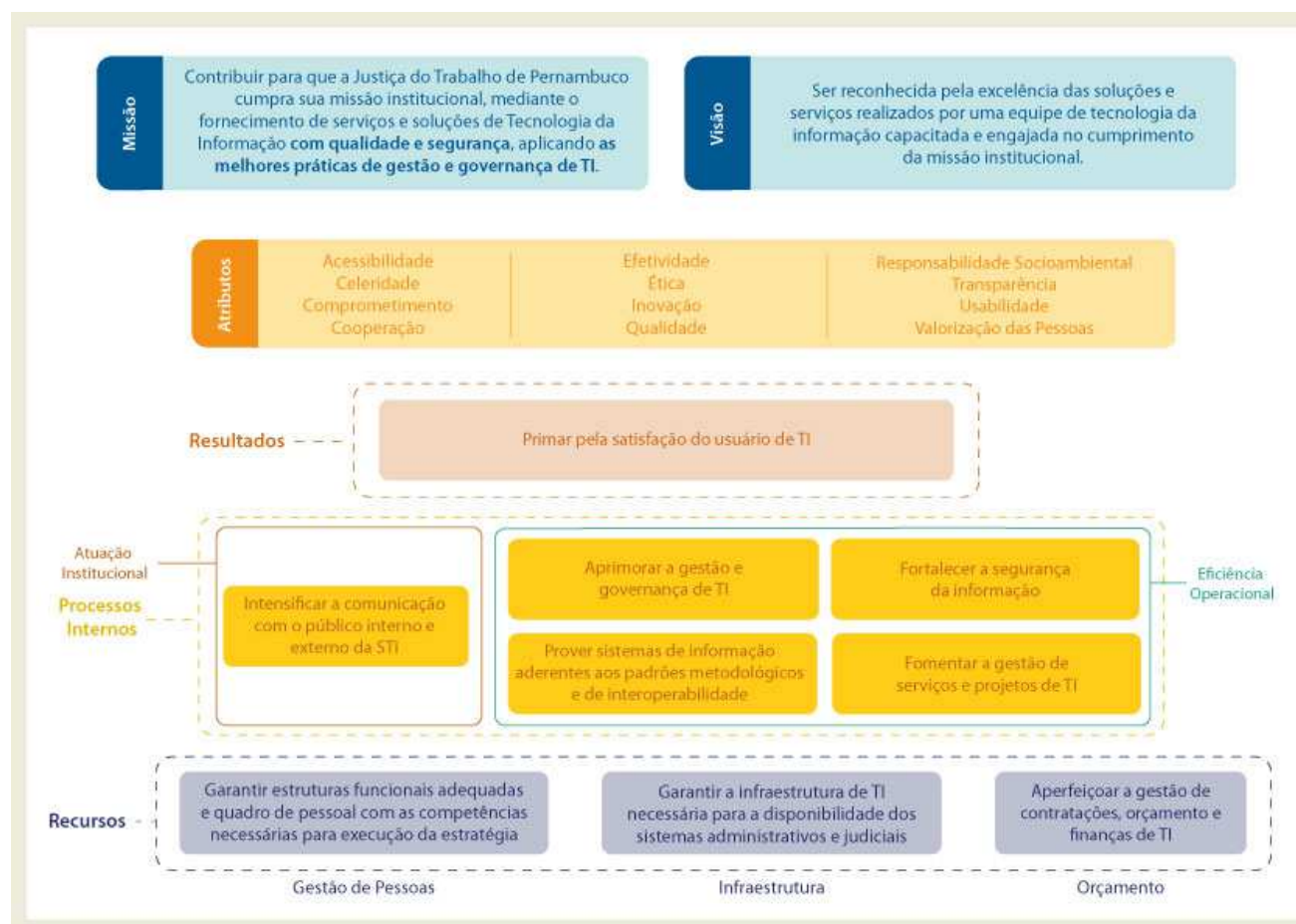
2 Documentos de Referência

A elaboração do PDTIC foi baseada em diretrizes, orientações e determinações da legislação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos planejamentos estratégicos elaborados no Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Destacam-se os seguintes alinhamentos:

- Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região para o período de 2015 a 2020 – Resolução Administrativa nº 25/2014;
- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6 (PETIC) para o período 2015 a 2020;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (PETIC-JT) para o período de 2015 a 2020 - Resolução nº 158/2015 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) - Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça;
- Estratégia do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020 - Resolução 198 do Conselho Nacional de Justiça;
- Diretrizes de Gestão da Segurança da Informação do Poder Judiciário;
- Acórdãos do Tribunal de Contas da União 1603/2008 TCU-Plenário, 2.471/2008 TCU-Plenário, 2.308/2010 TCU-Plenário, 1.145/2011 TCU-Plenário, 1.233/2012 TCU-Plenário e 2.585/2012 TCU-Plenário.

3 Mapa Estratégico de TIC

O mapa estratégico é uma representação gráfica da estratégia de TIC para o período 2015-2020, no qual são apresentados os objetivos estratégicos relacionados entre si de acordo com as perspectivas estratégicas, de modo a contribuir para o alcance da visão e o cumprimento da missão da STI do TRT6.



4 Objetivos Estratégicos de TI

O PDTIC está alinhado com a estratégia da instituição por meio do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT6 para o período 2015-2020, documento no qual estão elencados os objetivos estratégicos de TI, indicadores de desempenho e as metas associadas a esses indicadores. Ambos os planos de TIC foram construídos em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional do TRT6 e com o Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho desenvolvidos para o período 2015-2020.

O desenvolvimento da metodologia utilizada no planejamento (*Balanced Scorecard*) prevê um conjunto de projetos e ações (iniciativas) alinhados com a estratégia e necessários para o alcance dos objetivos estratégicos e para o preenchimento das lacunas existentes entre o desempenho atual e as metas futuras. Essas iniciativas associadas aos objetivos estratégicos de TIC, extraídos do PETIC 2015-2020 e apresentados na tabela abaixo, encontram-se descritas no Plano de Iniciativas para o biênio 2015-2016.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos do PETIC 2015-2020
Resultados	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI.
Processos Internos	OE2 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI.
	OE3 - Aprimorar a gestão e governança de TI.
	OE4 - Fortalecer a segurança da informação.
	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.
	OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI.
Recursos	OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia.
	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.
	OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI.

5 Plano de Iniciativas de TI

O plano de Iniciativas de TIC resulta do levantamento das necessidades de TIC oriundas da análise dos projetos estratégicos da instituição, atividade realizada conjuntamente pela STI e pela CGE, identificação das demandas estruturantes de TIC e das ações previstas no PDTI 2013-2014 que não foram concluídas ou não realizadas.

Para uma melhor compreensão das demandas relacionadas com a TIC, este Plano Diretor apresenta no Anexo II a relação dos sistemas de informação em uso no TRT, no Anexo III constam as informações sobre os equipamentos que compõem a infraestrutura de rede, o Anexo IV apresenta um levantamento dos equipamentos de microinformática, no Anexo V têm-se as estatísticas referentes aos chamados técnicos atendidos pela STI e, por fim, o Anexo VI contém dados acerca das contratações relativas à Tecnologia da Informação e Comunicação.

Apreciação e Priorização das Iniciativas de TI

As demandas de TIC serão avaliadas em dois momentos distintos. No primeiro as solicitações serão pontuadas de acordo com critérios iniciais, tais como atendimento a determinação legal, alinhamento estratégico, impacto nas áreas demandantes, patrocínio e riscos para a realização da missão institucional. Tal pontuação servirá de base para subsidiar a decisão pela realização ou não do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Após a realização do ETP, a demanda será novamente apresentada ao Comitê de Governança de TIC (CGovTIC), que apreciará o pedido à luz de informações técnicas mais detalhadas.

Por se tratar de um comitê consultivo, o parecer do CGovTIC é encaminhando à Presidência que autoriza, prioriza ou veta a realização das iniciativas.

Esse processo é realizado de forma contínua ao longo da vigência do Plano. As eventuais mudanças ensejarão a publicação de uma nova versão do PDTIC na intranet.

Iniciativas de TI Analisadas pela Administração

O quadro a seguir contém a relação das iniciativas de TI cujo início de execução já foi autorizado pela Administração do TRT6. As iniciativas encontram-se agrupadas por objetivos estratégicos, aos quais são associadas cores que indicam em qual perspectiva do mapa estratégico de TIC os objetivos se encontram.

Perspectiva	Cor
Resultado	
Processos Internos	
Recursos	

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI.				
OE1- I01 Consolidar a operação da Central de Serviços de TI.	SGCSTI	Ago/2015	6 meses	STI
OEI - I02 Implantar a gestão de nível de serviço de TI.	NREL	Jan/2016	6 meses	STI
OE1 - I03 Implantar o processo de monitoramento do nível de satisfação dos usuários.	SGCSTI	Jan/2016	4 meses	STI

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE2- Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI.				
OE2 - I01 Aprimorar o portal da STI.	STI	Nov/2015	4 meses	STI
OE2 - I02 Elaborar o plano de comunicação da STI destinado aos públicos interno e externo.	SPQ	Jan/2016	3 meses	STI
OE3 – Aprimorar a gestão e governança de TI.				
OE3 - I01 Definir e implantar o processo de monitoramento do PETIC e do PDTI.	SPQ	Jan/2016	3 meses	PEI - Projeto 15
OE3 - I02 Elaborar e formalizar o processo de construção do PETIC e do PDTI.	SPQ	Abr/2016	1 mês	PEI - Projeto 15
OE3 - I03 Elaborar a minuta da política de Governança de TI.	SPQ	Jan/2016	4 meses	PEI - Projeto 15
OE3 - I04 Coordenar e realizar as ações planejadas para o alcance das metas do iGovTI.	SPQ	Abr/2016	8 meses	PEI - Projeto 15
OE3 - I05 Elaborar a minuta do PDTIC, vigência 2017 – 2018.	SPQ	Jun/2016	5 meses	PEI - Projeto 15
OE4 - Fortalecer a segurança da informação.				
OE4 - I01 Elaborar e executar o projeto de Sensibilização e Conscientização em Segurança da Informação.	SGSI	Ago/2015	18 meses	PEI - Projeto 11
OE4 - I02 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação.	SGSI	Set/2015	16 meses	PEI - Projeto 11
OE4 - I03 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Riscos de TI.	SGSI	Fev/2016	10 meses	STI
OE4 – I04 Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC	SGSI	Jul/2016	5 meses	ENTIC-JUD

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.				
OE5 - I01 Implantar o Sistema PROAD - Processo Administrativo Eletrônico. * Escopo: Implantação dos processos da Coordenadoria de Administração de Pessoal em parceria com a Coordenadoria de Gestão Estratégica.	CSIS	Ago/2015	8 meses*	Presidência
OE5 - I02 Implantar o Sistema SGRH/SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.	CSIS	Abr/2015	21 meses	Presidência
OE5 - I03 Revisar as fórmulas de extração de dados do sistema SIAJ1 (1º grau) para o sistema e-Gestão.	CSIS	Nov/2014	16 meses	Comitê Regional do e-Gestão
OE5 - I04 Desenvolver o SGFM - Sistema de Gestão Funcional de Magistrados.	CSIS	Abr/2015	13 meses	Corregedoria
OE5 - I05 Desenvolver Sistema para Controle das Execuções Reunidas.	CSIS	Jan/2016	6 meses	Corregedoria
OE5 - I06 Desenvolver Sistema para emissão de Certidão de Ação Trabalhista.	CSIS	Mar/2016	1 mês	Presidência
OE5 - I07 Aprimorar o processo de desenvolvimento e sustentação de software.	CSIS	Mar/2016	3 meses	Coordenadoria de Sistemas
OE5 - I08 Adequar a arquitetura padrão de desenvolvimento de software do TRT6 às recomendações e requisitos da ENTIC-JUD.	CSIS	Jun/2016	6 meses	ENTIC-JUD
OE5 - I09 Implantar o sistema nacional SICOND - Sistema de Consulta de Dados Operacionais que contemplará as demandas relativas pelo Sistema de Correição Virtual.	CSIS	Abr/2016	8 meses	Corregedoria do TST - CGJT

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE5 – I10 Modernizar o Portal de Internet do Tribunal Regional da 6ª Região, contemplando os requisitos das Resoluções CNJ 211/2015 e 215/2015 e demais normas pertinentes.	CSIS	Mai/2016	8 meses	Núcleo de comunicação Social / CNJ
OE5 – I11 Adaptar ou desenvolver sistema de painel de pautas de audiência para contemplar informações dos processos físicos e eletrônicos.	CSIS	Abr/2016	1 mês	1ª. Vara do Trabalho de Olinda e Diretoria do Fórum José Barbosa de Araújo
OE5 – I12 Evoluir o sistema PROGECOM e adaptá-lo para funcionamento com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP.	CSIS	Jan/2016	10 meses	CSJT
OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI.				
OE6 - I01 Definir e implantar o modelo de gestão de portfólio e priorização de demandas de TI.	SPQ	Jun/2015	10 meses	PEI - Projeto 15
OE6 - I02 Aprimorar o funcionamento do Escritório de Gestão de Projetos de TI.	SPQ	Jun/2015	12 meses	PEI - Projeto 15
OE6 - I03 Definir e implantar o modelo de gestão da qualidade e capacidade dos processos de TI.	SPQ	Fev/2016	7 meses	PEI - Projeto 15
OE6 - I04 Consolidar a gestão de serviços de TI, por meio do aprimoramento dos processos e ferramenta integrada de gestão de TI.	SPQ	Out/2015	14 meses	PEI - Projeto 15

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia.				
OE7 - I01 Elaborar, executar e monitorar o Plano de Capacitação da STI.	NDP	Jan/2015	24 meses	STI
OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.				
OE8 - I01 Implantar solução de telefonia fixa.	DINFRA	Set/2015	10 meses	PDTI 2013-2014
OE8 - I02 Implantar solução de contingência da rede de comunicação de dados.	DINFRA	Jan/2016	12 meses	PDTI 2013-2014
OE8 - I03 Implantar solução de monitoramento da infraestrutura e serviços de TIC.	DINFRA	Out/2015	24 meses	PDTI 2013-2014
OE8 - I04 Atualizar e manter a solução de processamento de dados.	DINFRA	Jun/2015	22 meses	Demanda Estruturante
OE8 - I05 Atualizar e manter os ativos da rede corporativa de dados.	DINFRA	Out/2015	11 meses	Demanda Estruturante
OE8 - I06 Atualizar os softwares aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio.	DINFRA	Jan/2016	10 meses	Demanda Estruturante
OE8 - I07 Apoiar a SGEP para implantação de solução automatizada de controle de frequência.	DINFRA	Set/2015	10 meses	Presidência
OE8 - I08 Atualizar e manter os ativos dos Data Centers.	DINFRA	Set/2015	19 meses	Demanda Estruturante
OE8 - I09 Atualizar o parque de microinformática.	NREL	Jan/2015	24 meses	Demanda Estruturante
OE8 - I10 Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do Fórum José Barbosa de Araújo no bairro da Imbiribeira.	DINFRA e NREL	Set/2015	6 meses	Presidência

Iniciativas de TI	Unidade	Data de Início	Prazo	Origem
OE8 - I11 Transferir a infraestrutura do PJe-JT para o novo Data Center.	DINFRA	Out/2015	3 meses	Demanda Estruturante
OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI.				
OE9 - I01 Aprimorar o processo de gestão orçamentária de TI.	SATA	Fev/2016	4 meses	STI

Iniciativas de TI para Priorização Futura

As iniciativas de TI apresentadas no quadro a seguir serão priorizadas ao longo da vigência do PDTI. Dessa forma, a previsão de início da execução e a estimativa de prazo para conclusão serão definidas durante as revisões desse Plano.

Iniciativas de TI	Origem
OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.	
Desenvolver mecanismos para interoperabilidade entre o sistema de RH e sistema de gestão de segurança e saúde ocupacionais.	PDTI 2013-2014 e PEI - Projeto 9
Adquirir ou desenvolver sistema para mapeamento e diagnóstico do clima organizacional e ações de melhoria.	PEI - Projeto 1
Desenvolver sistema para gerenciamento do programa de produtividade e desempenho, estabelecimento de metas e mensuração de desempenho operacional.	PEI - Projeto 4
Desenvolver novo portal para o Núcleo de Saúde assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição.	PEI - Projeto 9
Desenvolver novo portal para a Escola Judicial assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição.	Ofício da EJ
Desenvolver solução para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial em cumprimento ao Artigo 3º da Resolução TRT 02/2015.	Núcleo de Pesquisa Patrimonial
Prover solução para gestão e avaliação dos indicadores dos processos de trabalho otimizados.	PEI - Projeto 10
Desenvolver ou implantar sistema de gestão estratégica abrangendo dados judiciais, administrativos, socioambientais e de pessoal.	CGE

Iniciativas de TI	Origem
OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.	
Identificar solução para o desenvolvimento de conteúdos educacionais.	PEI - Projeto 1
Identificar solução para gerenciamento dos documentos visando a garantir a preservação da memória processual trabalhista.	PEI - Projeto 17
Prover solução para a Semana de Conciliação.	Núcleo de Estatística e Pesquisa
Prover solução para disponibilizar ao público as informações relativas às ordens bancárias, GRU, DARF, DARF e GPS expedidos pela SOF.	Secretaria de Orçamento e Finanças
Implantar o sistema e-Jus2 de apoio às sessões de julgamento de processos eletrônicos do PJe-JT.	CSJT
Implantar o MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT. Esse modelo estabelece os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça.	CSJT
Implantar o PJeCalc - Módulo de cálculo destinado a auxiliar juízes e partes a elaborarem cálculos para proferir decisões judiciais líquidas.	CSJT

Iniciativas de TI	Origem
OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI.	
Adquirir e implantar solução integrada de gestão de portfólio e projetos.	STI, CGE e CPLAN
OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.	
Atualizar o sistema operacional dos servidores controladores de domínio.	Demanda Estruturante
Atualizar o sistema operacional dos servidores que suportam o serviço WSUS (Windows Server Update Services).	Demanda Estruturante
Aprimorar as ferramentas de suporte ao teletrabalho.	Demanda Estruturante

6 Fatores Críticos de Sucesso

Fatores críticos de sucesso são condições fundamentais que precisam ser satisfeitas para que a STI realize a sua missão, alcance os objetivos estratégicos e execute o plano de iniciativas descrito neste documento.

Por meio do levantamento realizado junto aos servidores foram identificados os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Comunicação interna que propicie o compartilhamento de informações e conhecimento visando o fomento da cooperação e participação de todos os servidores da STI na execução do PDTIC;
- Consolidação das boas práticas de governança de tecnologia da informação;
- Apoio da alta gestão do TRT para a priorização das ações de capacitação visando prover a instituição com um quadro de competências em TIC com as especialidades necessárias para atender às ações e aos projetos definidos no PDTIC;
- Recursos humanos, orçamentários e financeiros para a execução das ações e dos projetos do PDTIC.

7 Plano de Riscos

O plano de riscos contém a relação de possíveis eventos que podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos e metas de TI, os quais serão alcançados por meio da realização das iniciativas previstas no PDTI. A tabela a seguir contém a definição da estratégia a ser adotada para tratar os riscos, bem como as ações que devem ser adotadas com essa finalidade.

Risco	Impacto	Estratégia	Ação Prevenção/Contingência	Responsável
Ausência de monitoramento dos resultados do PETIC e PDTI.	Baixa efetividade da gestão de TIC Dificuldades para reportar para o CGTI os resultados gerados pela STI	Mitigar	Sensibilizar os gestores da STI e gerentes de projetos acerca da importância do reporte de progresso dos projetos e ações.	Diretor da STI
Indisponibilidade da equipe prevista durante o planejamento da iniciativa de TIC	Dificuldades na identificação de problemas durante a execução dos projetos e ações do PDTIC e alcance dos objetivos do PETIC.	Mitigar	Definir os cronogramas das iniciativas em conjunto com as equipes e gestores de TI, gerando o compromisso e corresponsabilidade pela execução das iniciativas.	Gestores de TI
Resistência cultural à implantação de novos processos de TI.	Dificuldade e/ou impossibilidade para implantação de novos processos na STI.	Mitigar	- Realizar ações de comunicação acerca dos processos e sua importância, visando mostrar os seus benefícios para a instituição. - Solicitar apoio do diretor de STI, no processo de sensibilização.	SPQ
Ausência de ferramentas adequadas para gerenciamento de portfólio	Baixa produtividade na elaboração dos artefatos definidos na metodologia de gerência de projetos	Evitar	Adquirir ferramenta de gestão de projetos.	Diretor da STI

Risco	Impacto	Estratégia	Ação Prevenção/Contingência	Responsável
e projetos de TI.	Dificuldades para monitorar o progresso dos projetos e elaborar relatórios executivos de acompanhamento para a alta gestão.			
Conhecimentos insuficientes acerca de boas práticas como o ITIL, COBIT, gerência de projetos.	Dificuldades e/ou impossibilidade de realização das ações voltadas para a gestão e governança de TI	Evitar	Viabilizar as ações de capacitação voltadas para os modelos de boas práticas de gestão e governança.	Diretor da STI e SGEP/NDP
Contingenciamento de recursos orçamentários do TRT6/CSJT.	Dificuldade para realização das iniciativas que dependem de orçamento para aquisição de bens e/ou serviços.	Mitigar	- Verificar a disponibilidade prévia de orçamento junto às áreas responsáveis; - Justificar demanda junto ao CSJT e enviar solicitação de orçamento para projetos de interesse nacional da Justiça do Trabalho.	Diretor da STI; Seção de Apoio Administrativo
Infraestrutura insuficiente para a implantação de novas soluções.	- Soluções de TI implantadas de forma inadequada. - Dificuldades no uso da solução devido aos problemas de baixo desempenho.	Mitigar	- Identificar os envolvidos no projeto de implantação e aquisição de soluções de TI, tanto aqueles da STI como de outras unidades do TRT6. - Utilização de metodologia de gerenciamento de projetos com detalhamento do plano de riscos do projeto. - Para cada projeto do PDTI, realizar reuniões de alinhamento, de forma antecipada, com a área de infraestrutura, para que sejam levantadas as necessidades de recursos de hardware e software.	Gerentes do Projeto
Pouco envolvimento dos usuários nas etapas de levantamento de requisitos	- Atraso no desenvolvimento e/ou implantação de soluções. - Soluções com baixo nível de	Mitigar	Conscientizar os gestores do TRT6 e os usuários da importância do seu comprometimento para o adequado	Diretor da STI e Gerentes de

Risco	Impacto	Estratégia	Ação Prevenção/Contingência	Responsável
e testes para homologação das soluções.	aderência às necessidades dos usuários. • Desperdício de recursos de TI		desenvolvimento da solução. • Estimar o tempo que os usuários precisarão dedicar ao projeto na fase inicial do planejamento do projeto.	Projeto
Mudanças recorrentes na priorização dos projetos durante o período de vigência do PDTIC.	• Grandes dificuldades no cumprimento dos cronogramas dos projetos. • Desmobilização das equipes dos projetos resultando em um maior gasto de tempo para a retomada do projeto posteriormente. • Desgastes para a imagem da STI perante os usuários do projeto.	Mitigar	• Ressaltar para os gestores do TRT6 os possíveis prejuízos decorrentes da alteração na priorização dos projetos. • Realizar análises das mudanças solicitadas, identificando os impactos, no mínimo, no prazo, custo e escopo do projeto. • Informar aos envolvidos no projeto em curso, a determinação de mudança de priorização. • Modificar o plano de projeto visando prover os envolvidos de uma nova expectativa de retomada do projeto.	Diretor da STI e Gerentes de Projeto
Ausência de amparo legal, no âmbito da instituição, para a realização de projetos voltados para gestão de riscos.	• Dificuldades para vincular o projeto com diretrizes institucionais. • Baixa adesão dos envolvidos no projeto.	Mitigar	Sensibilizar a Alta Administração da instituição para a necessidade de publicação de normativo.	Diretor da STI e CGSI

8 Orçamento

DESPESAS DE TI POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ANO 2015				
AÇÃO		DESCRIÇÃO	GND	VALOR
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho		3	1.666.783,04
			4	1.025.000,00
		Total	2.691.783,04	
2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação		3	1.609.859,26
			4	1.774.653,00
		Total	3.384.512,26	
151Y	Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe na JT		3	124.514,00
			4	86.538,00
		Total	211.052,00	
TOTAL DAS DESPESAS DE TI EM 2015				6.287.347,30

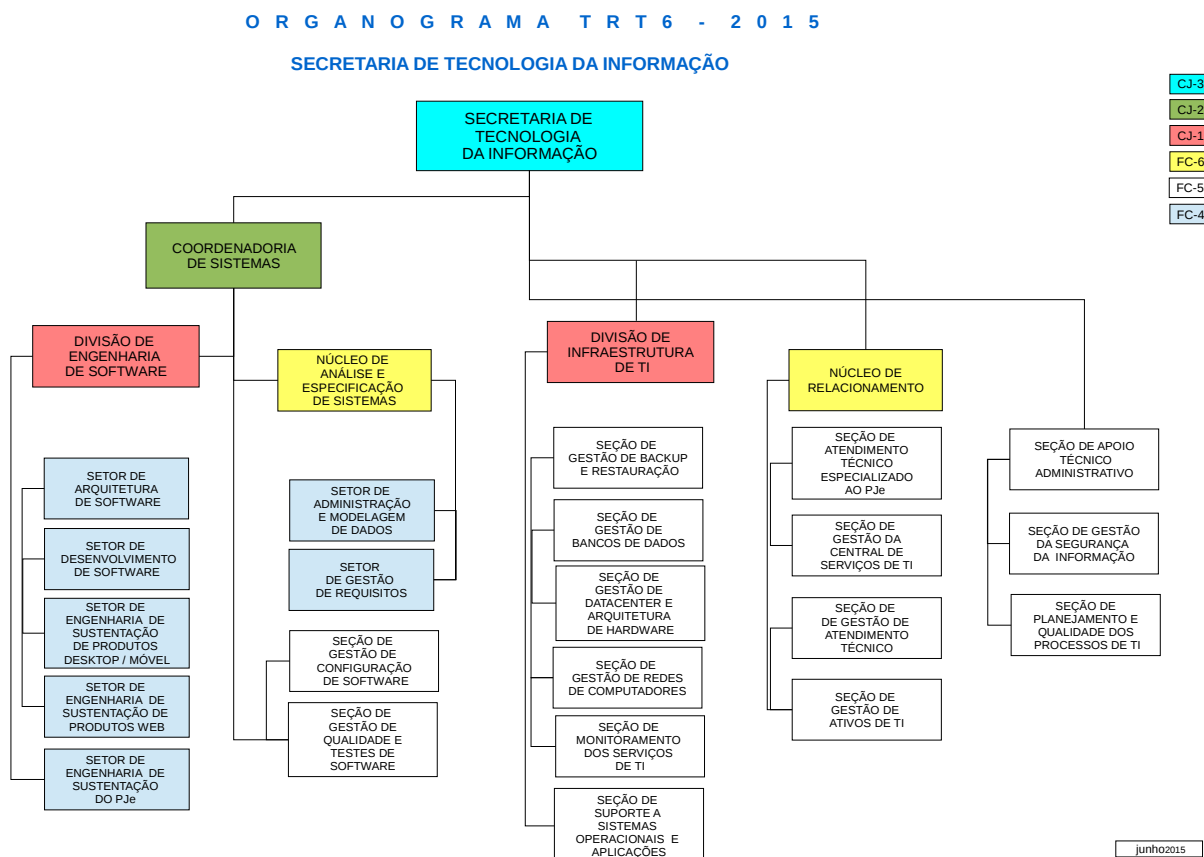
ORÇAMENTO DE TI POR ELEMENTO DE DESPESA – ANO 2015				
ELEMENTO DE DESPESA		DESCRIÇÃO	AÇÃO	VALOR
Despesas Correntes	339030	Material de Consumo	4256	2.079,02
			2C73	-
			151Y	-
	339035	Serviços de Consultoria	4256	30.233,70
			2C73	44.800,00
			151Y	-
	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4253	1.634.470,32
			2C73	1.565.059,26
			151Y	124.514,00
	Total de Despesas Correntes			3.401.156,30
Despesas de Capital	449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4256	970.308,11
			2C73	4.500,00
			151Y	86.538,00
	449052	Equipamentos e Material Permanente	4256	54.691,89
			2C73	1.770.153,00
			151Y	-
Total de Despesas de Capital			2.886.191,00	
TOTAL DAS DESPESAS DE TI EM 2015				6.287.347,30

Obs.: Valores atualizados em 20 de novembro de 2015.

ORÇAMENTO DE TI POR ELEMENTO DE DESPESA – Autorizado em 31/03/2016				
ELEMENTO DE DESPESA		DESCRIÇÃO	AÇÃO	VALOR
Despesas Correntes	339030	Material de Consumo	4256	0,00
	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4253	2.283.940,00
	Total de Despesas Correntes			2.283.940,00
Despesas de Capital	449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4256	317.306,00
	449052	Equipamentos e Material Permanente	4256	0,00
	Total de Despesas de Capital			317.306,00
TOTAL PREVISTO PARA 2016				2.601.246,00

9 Estrutura Organizacional da STI

A Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT6 que em junho/2015 durante a elaboração do PDTIC era composta por 106 servidores. Em abril/2016, durante a revisão do PDTIC verificou-se que nesse momento, a unidade conta com 93 servidores, lotados nas unidades descritas no organograma a seguir apresentado:

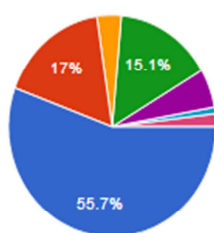


Fonte: Organograma do TRT6 disponível na intranet

Vínculo dos Servidores com o TRT6

Com relação ao vínculo dos servidores com o TRT6 verifica-se que 72.7% dos servidores pertencem ao quadro próprio da instituição e ocupam cargos (analista e técnico judiciários) específicos de tecnologia da informação, como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1- Vínculo do Servidor com o TRT



Servidor do quadro - Analista Judiciário - Especialidade TI	59	55.7%
Servidor do quadro - Técnico Judiciário - Especialidade TI	18	17%
Servidor do quadro - Analista Judiciário - Outras Especialidades	4	3.8%
Servidor do quadro - Técnico Judiciário - Outras Especialidades	16	15.1%
Servidor requisitado	6	5.7%
Comissionado	1	0.9%
Outros	2	1.9%

Fonte: Questionário eletrônico – Diagnóstico de Pessoal PDTI – Dados de junho/2015

Durante o processo de revisão do PDTIC, realizado em março/2016, verificou-se que a quantidade de servidores requisitados diminuiu para 3 servidores.

Formação Acadêmica

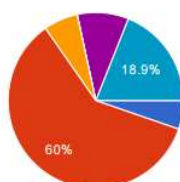
Quanto à formação acadêmica, o diagnóstico de pessoal identificou que 60% dos servidores da STI possuem formação superior em ciência da computação e 9,5% deles são graduados em cursos relacionados com a TI.

Além disso, verificou-se que 70,7% dos servidores possuem pós-graduação (especialização ou mestrado) em ciência da computação ou em áreas de conhecimento relacionadas com a TI.

Dessa forma, conclui-se que a instituição possui um quadro de TI cuja ampla maioria é composta por servidores com alto grau de especialização. Como pode ser constatado pelos dados apresentados nos Gráficos 2 e 3:

Gráfico 2 - Formação Acadêmica dos Servidores da STI

Formação superior

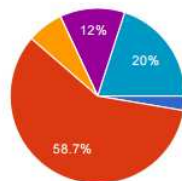


Administração	5	5.3%
Ciência da Computação ou Tecnologia da Informação	57	60%
Direito	6	6.3%
Gestão Pública	0	0%
Outras áreas relacionadas com TI	9	9.5%
Outros	18	18.9%

Fonte: Questionário eletrônico – Diagnóstico de Pessoal PDTI – Dados de junho/2015

Gráfico 3 - Servidores com Especialização/Mestrado

Pós-graduação



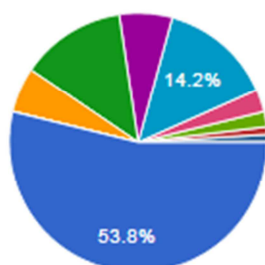
Administração	2	2.7%
Ciência da Computação ou Tecnologia da Informação	44	58.7%
Direito	5	6.7%
Gestão Pública	0	0%
Outras áreas relacionadas com TI	9	12%
Outros	15	20%

Fonte: Questionário eletrônico – Diagnóstico de Pessoal PDTI – Dados de junho/2015

Ocupação de Funções Comissionadas

Com relação à ocupação de funções comissionadas, tem-se que 53,8% dos 106 servidores não ocupam funções comissionadas ou cargos comissionados (FC/CJ). Os cargos de gestão são distribuídos da seguinte forma: 14,2% dos servidores são chefes de seção, 3,6% ocupam a função de chefia de núcleo e 3,7% deles são ocupantes dos cargos em comissão (CJ).

Gráfico 4 - Ocupação de FC/CJ



Não ocupante de FC/CJ	57	53.8%
Ocupante de FC1	0	0%
Ocupante de FC2	6	5.7%
Ocupante de FC3	14	13.2%
Ocupante de FC4	7	6.6%
Ocupante de FC5	15	14.2%
Ocupante de FC6	3	2.8%
Ocupante de CJ1	2	1.9%
Ocupante de CJ2	1	0.9%
Ocupante de CJ3	1	0.9%

Fonte: Questionário eletrônico – Diagnóstico de Pessoal PDTI – Dados de junho/2015

10 Levantamento de Necessidades de Capacitação

O levantamento das necessidades de capacitação foi realizado com base no plano de capacitação anterior. Além disso, novos cursos foram relacionados visando capacitar a equipe para atender as demandas da instituição.

De acordo com os dados fornecidos pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal/NDP em 2014 as ações de capacitação foram realizadas 2.587 horas de capacitação distribuídas da seguinte forma:

Participantes e Horas de Capacitação	
Qtd participantes nos eventos de capacitação	42
Qtd de horas de capacitação nas áreas administrativas e/ou de gestão	372
Qtd de horas de capacitação em TI	2215
Média de horas de capacitação/servidor	61,5

A tabela a seguir contém a relação das ações não realizadas ou aquelas que foram parcialmente realizadas e servirá como base para elaboração do plano de anual de capacitação de TI para 2016.

Cursos	Qtd Vagas	Prioridade	Unidade Solicitante
Planejamento e Gestão Estratégica de TI.	16	2	SPQ
Governança de TI com Base no COBIT 5.	6	1	SPQ
Gestão em Serviços de TI com base no ITIL V3.	5	2	SPQ
ITIL Foundation.	10	2	SPQ
Gestão de Catálogo de Serviços de TI.	15	1	SPQ
Curso de Formação de Analista de Processos.	10	3	SPQ
Curso de Modelagem de Processos, com utilização do Bizagi Process Modeler.	10	3	SPQ
Gestão de Riscos de Segurança da Informação.	19	1	SGSI
Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação.	15	2	SGSI
Gestão de Segurança da Informação.	14	3	SGSI
Administração de Banco de Dados – sistema PJe/JT	1	1	DINFRA
Performance e Tuning para banco de dados	1	1	DINFRA
Alta disponibilidade para banco de dados	1	1	DINFRA

Cursos	Qtd Vagas	Prioridade	Unidade Solicitante
Administração de Banco de Dados Oracle	2	4	DINFRA
SAN Implementation (SANIW).	2	2	DINFRA
SAN Scaling and Architecting (SANSa).	3	2	DINFRA
Administração e Gerenciamento: Software de Virtualização	1	3	DINFRA
Linux Fundamentals in Cloud.	15	1	DINFRA
Red Hat System Administration II.	12	1	DINFRA
Red Hat System Administration III.	12	1	DINFRA
Red Hat Linux Troubleshooting.	5	2	DINFRA
Red Hat Enterprise System Monitoring and Performance.	5	3	DINFRA
Red Hat Enterprise Security: Network Service.	5	3	DINFRA
JBoss for Administrators.	6	1	DINFRA
Advanced JBoss Administration.	5	1	DINFRA
Programação em Shell Script.	7	3	DINFRA
Administração de Servidores Apache.	7	1	DINFRA
Curso Pen Test: Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas.	8	3	DINFRA
Solução de backup – implementação e administração.	1	2	DINFRA
Solução de backup – administração avançada.	2	1	DINFRA
Qualidade de Software – Básico.	10	3	CSIS
Qualidade de Software – Avançado.	10	3	CSIS
A Importância da Gerência de Configuração e de Mudanças nos Projetos de Software (IESW).	4	1	CSIS
Gerência de Configuração e de Mudanças (IESW).	4	1	CSIS
Usando o Subversion para o Gerenciamento de ativos de Projetos, Produtos e Serviços.	4	1	CSIS
Satisfazendo Gerência de Configuração e de Mudanças nos Modelos MPS.BR e CMMI.	4	1	CSIS
O framework robusto de engenharia do CMMI e MPS.BR para a Geração de Produtos com Qualidade.	4	1	CSIS
Integração de Produto, uma evolução da Gerência de Configuração?	4	1	CSIS
Programação Shell Script (EDX ou 4Linux).	4	1	CSIS
Controle de Versão de Software com GIT (targettrust).	4	1	CSIS
Pentaho BI Fundamental.	6	1	CSIS
Curso de ETL e Data Warehouse	6	1	CSIS
Kanban.	3	1	CSIS
Management 3.0.	3	1	CSIS
Web rica com JSF 2, Primefaces 4 e CDI.	10	1	CSIS
Persistência com JPA, Hibernate e EJB lite.	10	1	CSIS
Requisitos Ágeis.	2	1	CSIS
Workshop Product Backlog Building.	5	1	CSIS
SOA na prática: Integração com Web Services e Mensageria.	4	2	CSIS

Cursos	Qtd Vagas	Prioridade	Unidade Solicitante
Linux Beginners (4Linux).	4	2	CSIS
Linux Fundamentals (4Linux).	4	2	CSIS
Pentaho Avançado.	6	2	CSIS
Oracle Database 12c for Developers.	6	2	CSIS
Oracle Database 12c: Introduction to SQL Ed 1.1.	6	2	CSIS
Oracle Database: SQL Workshop I.	6	2	CSIS
Agile Coach Professional.	3	2	CSIS
Práticas ágeis de desenvolvimento de Software em Java.	10	2	CSIS
Desenvolvimento Web com HTML, CSS e JavaScript.	10	2	CSIS
CBGP 2015.	5	2	CSIS
Integração Contínua com Jenkins (TupiLabs).	4	3	CSIS
Introdução ao Maven (WCJ).	4	3	CSIS
Oracle Database: SQL Workshop II.	6	3	CSIS
Oracle Database: Program with PL/SQL.	6	3	CSIS
Management 3.0 – Workout.	3	3	CSIS
Preparatório PMI-ACP.	5	3	CSIS
Oracle Database 12c: Advanced PL/SQL.	6	4	CSIS
Qualidade de Software – Básico.	20	4	CSIS
Qualidade de Software – Avançado.	20	4	CSIS
Certified ScrumMaster.	4	4	CSIS
Alta Performance com Scripting (4Linux).	4	5	CSIS
Administração de Servidores Apache.	4	5	CSIS
Controle de Versão de Software com Subversion (Homeostase).	4	5	CSIS
Oracle SQL Tuning for Developers Workshop.	6	5	CSIS

Anexo I - Lista de Siglas

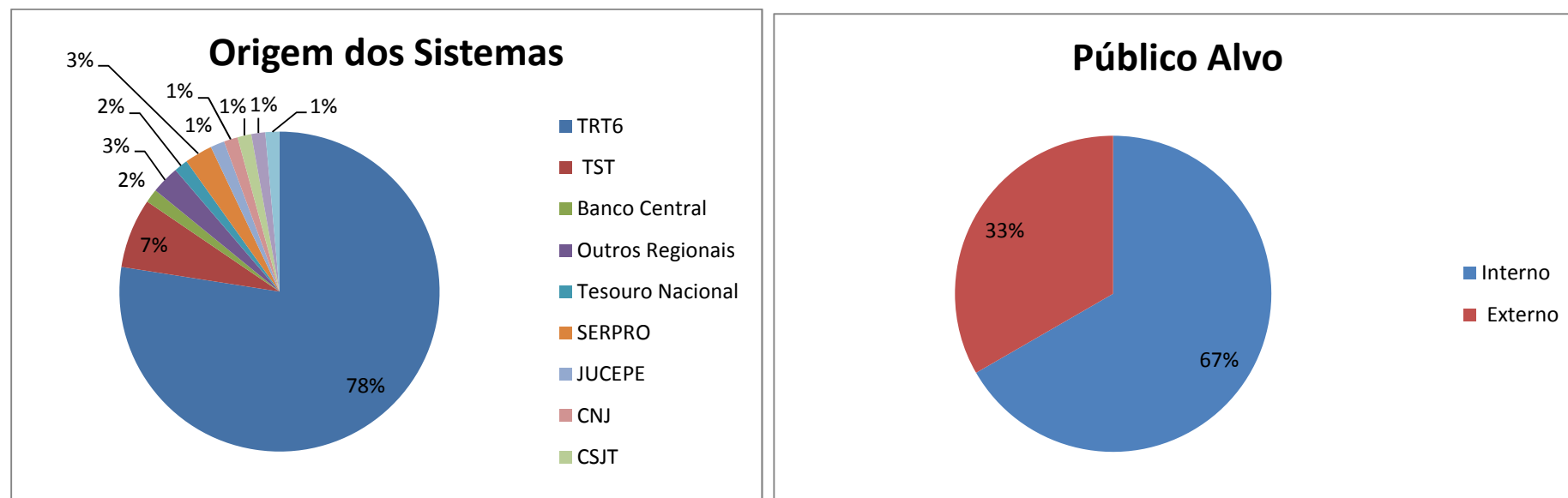
A relação a seguir contém as siglas utilizadas ao longo do PDTI:

Comissão Permanente de Sistematização	CPSI
Comitê de Segurança da Informação	CSI
Comitê Gestor das Metas do Poder Judiciário	CGMPJ
Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	CGTI
Conselho Nacional de Justiça	CNJ
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	CSJT
Coordenadoria de Gestão Estratégica	CGE
Coordenadoria de Planejamento Físico	CPLAN
Coordenadoria de Sistemas	CSIS
Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho	CGJT
Corregedoria Regional	CORREG
Diretoria-geral	DG
Divisão de Infraestrutura	DINFRA
Divisão de Segurança Transporte e Telefonia	DSTT
Escola Judicial	EJ
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal	NDP
Núcleo de Precatórios	NPREC
Núcleo de Relacionamento	NREL
Núcleo de Saúde	NSAUDE
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	PETIC
Planejamento Estratégico Institucional	PEI
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	PDTIC
Presidência	PRES
Processo Judicial Eletrônico	PJ-e
Seção de Apoio Técnico Administrativo	SATA
Seção de Avaliação e Acompanhamento Funcional	SAAF
Seção de Gestão da Central de Serviços de TI	SGCSTI
Seção de Gestão de Ativos de TI	SGATI
Seção de Gestão de Segurança da Informação	SGSI
Seção de Planejamento e Qualidade dos Processos de TI	SPQ
Seção de Segurança da Informação	SSI
Secretaria Administrativa	SA
Secretaria de Orçamento e Finanças	SOF
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria-geral da Presidência	SGP
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região	TRT6
Vice-presidência	VP

Anexo II - Sistemas de Informações em Uso no TRT6

Atualmente 72 (setenta e dois) sistemas de informação encontram-se disponíveis atender às necessidades dos usuários internos (magistrados e servidores), desse total 33% deles são utilizados tanto pelos servidores quanto por usuários externos.

Desse conjunto de sistemas, 78% deles foram desenvolvidos internamente, pela equipe de servidores do TRT6, 7% dos sistemas são oriundos do TST e os demais 15% foram disponibilizados pelo CSJT, por outros Tribunais Regionais de Trabalho e outros órgãos públicos.



Dados de Dez/2015

A tabela a seguir contém a relação detalhada dos sistemas que se encontram em uso no TRT6. Destaca-se que se trata de um conjunto dinâmico de informações, visto que ao longo do tempo novos sistemas são desenvolvidos, implantados ou adquiridos e outros podem ser descontinuados.

Sistema	Descrição	Público	Origem
Ações de Treinamento e Pós-graduação	Manutenção das ações de treinamento dos servidores.	Interno	TRT6
Administração de Contas Públicas	Cadastramento de informações na página Contas Públicas.	Interno	TRT6
Administração de Contracheque	Liberação do contracheque na internet.	Interno	TRT6
Administração de Estatística	Divulgação de informações estatísticas na intranet.	Interno	TRT6
Administração de Precatórios	Módulo de administração do sistema de precatórios	Interno	TRT6
Almoxarifado	Gerenciamento de bens de consumo.	Interno	TRT6
Assina6	Módulo do SIAJ2 para verificação da Autenticidade de Documentos Eletrônicos.	Interno	TRT6
Avaliação de Desempenho Funcional	Sistema para realização e acompanhamento da avaliação de desempenho dos servidores.	Interno	TRT6
Bacenjud	Sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet. O BACEN Jud 2.0 foi criado por meio de convênio entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário	Interno	Banco Central
BNDT	Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, centralizado no Tribunal Superior do Trabalho, a partir de informações remetidas por todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país. No banco de dados do BNDT – constam as pessoas físicas e jurídicas que são devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva.	Externo	TST
ClientSGP	Comunicação com o CNJ para envio de informações sobre precatórios.	Interno	TRT6

Sistema	Descrição	Público	Origem
Compras	Sistemas para gerenciamento dos processos de aquisições do TRT6.	Interno	TRT6
Consulta Autuação	Exibição de informações sobre os processos físicos mediante o fornecimento do número da OAB.	Externo	TRT6
Consulta Contracheque	Consulta de contracheque de servidores aposentados e cedidos pela Internet	Externo	TRT6
Consulta de Acórdãos	Sistema de consulta a acórdãos de processos físicos e eletrônicos.	Externo	TRT6
Consulta de Pautas 1ª Instância	Divulgação de pauta para processos físicos da 1ª. Instância.	Externo	TRT6
Consulta de Pautas 2ª Instância	Divulgação de pauta para processos físicos da 2ª. Instância.	Externo	TRT6
Consulta Precatórios	Divulgação de dados de precatórios de processos físicos e eletrônicos na internet.	Externo	TRT6
Consulta Processual	Fornecimento de informações na internet sobre processos físicos.	Externo	TRT6
Consulta Recursos Revista	Fornecimento de informações na internet sobre recursos de revista de processos físicos.	Externo	TRT6
Contas Públicas	Sistema para administrar o site de contas públicas externo	Interno	TRT6
Corretor Siaj1	Sistema que possibilita a correção de lançamentos efetuados por meio do Sistema Siaj1, visando à aderência às fórmulas do Sistema e-gestão.	Interno	TRT6
CPE	Sistema de Processamento Eletrônico de Cartas Precatórias da Justiça do Trabalho	Interno	TRT18
Diárias	Sistema para gerenciamento das diárias de servidores e magistrados	Interno	TRT6
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	Externo	TST
E-doc	Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho	Externo	TST

Sistema	Descrição	Público	Origem
E-gestão	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho	Interno	TST
Ejus	Sistema de apoio às sessões do 2º grau para os processos físicos	Interno	TRT6
Estacionamento	Sistema de cadastro de automóveis dos magistrados e servidores.	Interno	TRT6
Férias de Juízes	Sistema para gerenciamento das férias dos magistrados	Interno	TRT6
Formasyst	Formulário disponibilizado na internet para o registro de chamados técnicos referentes ao PJe-JT, possibilitando a integração com o Sistema Assyst.	Externo	TRT6
GRU – Emissão de Guias	GRU – Emissão de Guias	Externo	Tesouro Nacional
InfoAud	Sistema de apoio às sessões do 2º grau para os processos físicos	Interno	TRT6
InfoJud	Consulta de informações fiscais, disponibilizada pela Receita Federal.	Interno	SERPRO
Informe Rendimentos PJ	Emite informe de pagamentos feitos pelo TRT para pessoas jurídicas	Externo	TRT6
Jucepe – iGED e Imagens	Gerenciamento Eletrônico de Documentos da Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE)	Interno	JUCEPE
Leilão Cadastro	Sistema para cadastro dos arrematantes.	Externo	TRT6
Leilão Consulta	Sistema para divulgação das fotos dos bens do leilão.	Externo	TRT6
Leilão Desktop	Sistema para gerenciamento dos leilões.	Interno	TRT6
Leilão Judicial	Portal do Leilão Judicial	Externo	TRT6
Malote Digital	Sistema para envio de correspondência oficial entre órgãos do Poder Judiciário	Interno	CNJ
Ocomon	Sistema de Chamados - Manutenção	Interno	Código aberto
Patrimônio	Sistema para gerenciamento do patrimônio de bens permanentes do TRT6.	Interno	TRT6

Sistema	Descrição	Público	Origem
Pessoal	Sistema de gerenciamento de recursos humanos.	Interno	TRT6
Portal	Portal da internet do TRT da 6ª. Região.	Externo	TRT6
Precatórios	Sistema para gerenciamento dos precatórios	Interno	TRT6
PROGECOM	Sistema para gerenciamento e avaliação de competências	Interno	TRT6
Protocolo Administrativo	Sistema para gerenciamento do protocolo administrativo.	Interno	TRT6
Publicação de Normas Internas	Sistema para manutenção e gerenciamento das normas publicadas no portal da internet	Interno	TRT6
PUSH	Sistema que informa automaticamente os andamentos processuais para processos físicos, armazenados nas bases dos Sistemas SIAJ1 e SIAJ2.	Externo	TRT6
Rede SERPRO	Sistema que possibilita o acesso dos juízes e diretores de Secretaria aos dados da Receita Federal, com o objetivo de tornar disponível o acesso "online" aos cadastros desenvolvidos na plataforma de grande porte da Receita Federal.	Interno	Receita Federal
Relatórios CGTI	Sistema para geração de relatório de acompanhamento de decisões do CGTI	Interno	TRT6
Relatórios Gerenciais – 1ª. Instância	Relatórios Gerenciais – 1ª. Instância	Interno	TRT6
Requisição de Materiais	Requisição de Materiais	Interno	TRT6
Renajud – Web	Sistema de Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores que interliga o Poder Judiciário com o Departamento Nacional de Trânsito	Interno	TRT6
Portal da Transparência	Portal para a divulgação das informações previstas na Resolução CNJ 102/2009	Interno	SERPRO
SAATM	Sistema de Acompanhamento do Aperfeiçoamento Técnico do Magistrado	Interno	TRT6
SCC	Sistema de Compartilhamento de Cursos entre Escolas Judiciais	Interno	TRT6
SCGB	Sistema de Controle de Guias Bancárias	Externo	TRT6

Sistema	Descrição	Público	Origem
SDMJ	Módulo externo do Sistema de Distribuição de Mandados de Justiça para processos físicos (legado)	Externo	TRT6
SDMJ Desktop	Módulo interno do Sistema de Distribuição de Mandados de Justiça para processos físicos (legado)	Interno	TRT6
Servidor Online Internet	Portal do Servidor na internet	Externo	TRT6
Servidor Online Intranet	Servidor Online na Intranet	Interno	TRT6
Siaj1	Sistema de Acompanhamento Judicial para o 1º. Grau	Interno	TRT6
Siaj2	Sistema de Acompanhamento Judicial para o 2º. Grau	Interno	TRT6
SIGEO	Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho	Interno	TRT6
SIMBA	Sistema de Interligação de Movimentações Bancárias	Interno	TRT20
SIRE	Sistema de Reserva de Eventos	Interno	TST
SISCLE	Sistema de Cadastro de Liquidações e Execuções Trabalhistas	Interno	TRT6
Sistema do MPT	Sistema de Informações Processuais para o Ministério Público do Trabalho referente aos processos físicos (legado)	Externo	TRT6
SRPHP	Sistema de Requisição de Pagamento de Honorários Periciais e Sucumbência.	Interno	TRT6

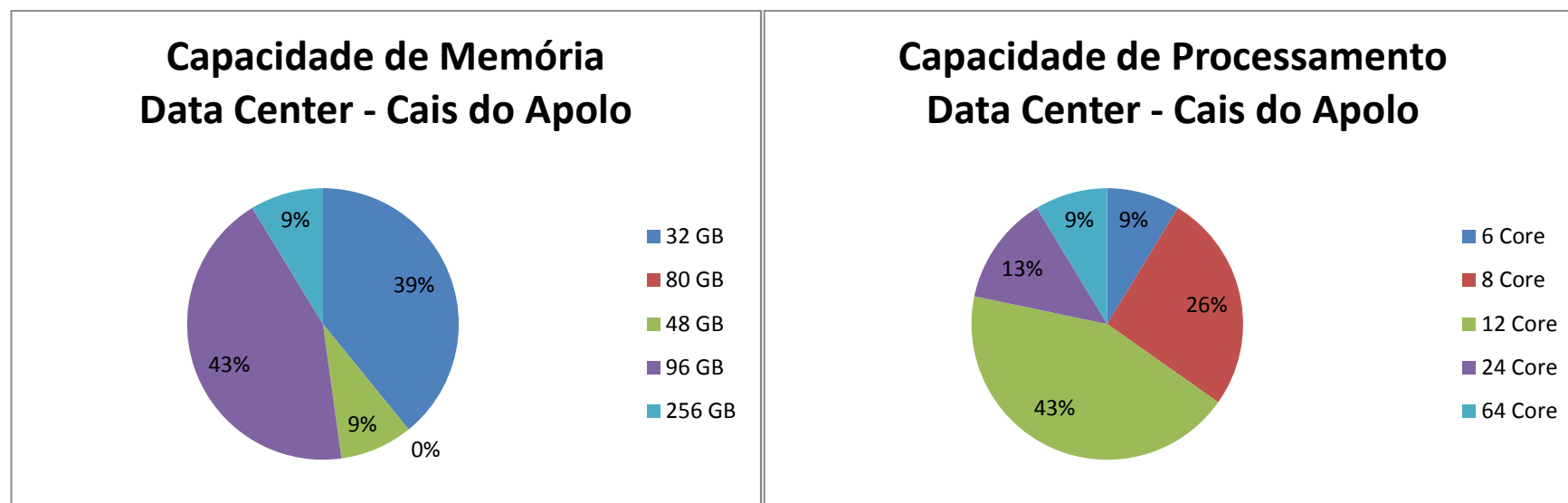
Dados de Dez/2015

Anexo III – Equipamentos Servidores de Rede

Neste anexo encontram-se as informações referentes aos 76 equipamentos servidores instalados nas diversas localidades do TRT6.

Servidores Instalados no Prédio Sede no Cais do Apolo

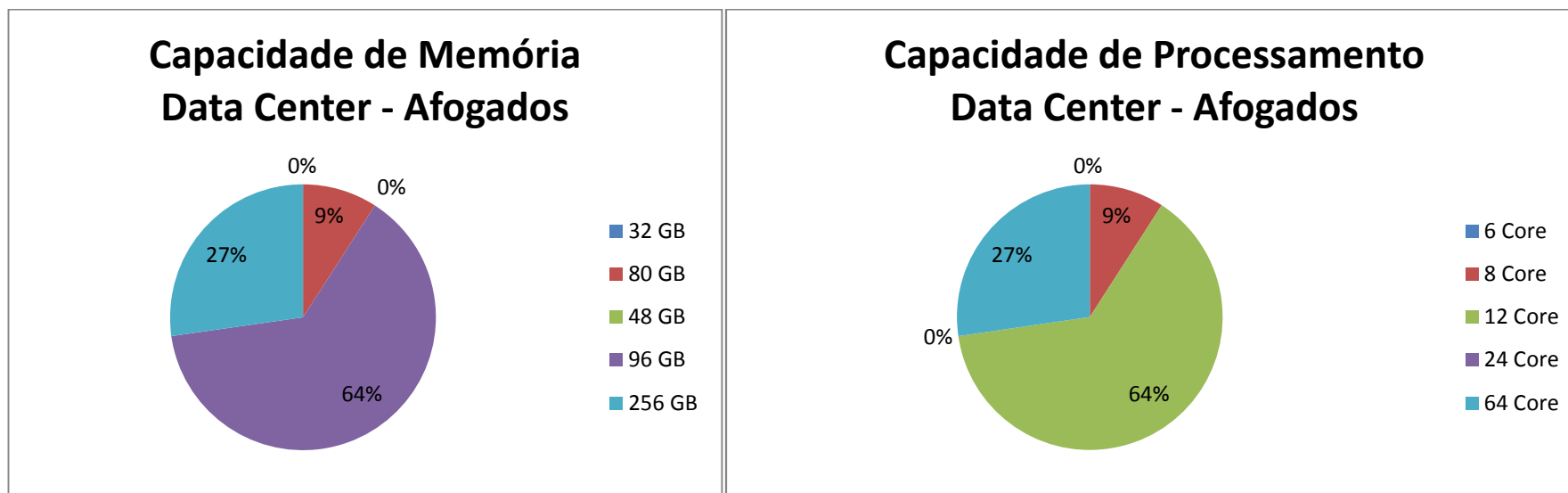
Na sede do TRT6 encontram-se instalados 23 equipamentos servidores físicos cujas características em termos de capacidade de processamento e memória são exibidas nos gráficos a seguir:



Dados de Dez/2015

Servidores Instalados na Secretaria de Tecnologia da Informação

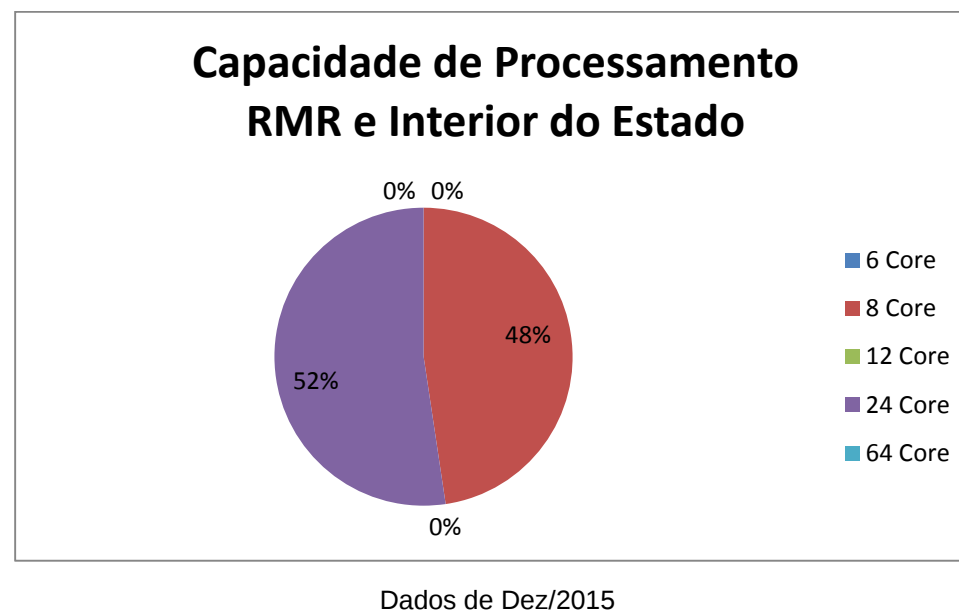
Nas instalações da STI, situada à Rua Motocolombó, 310 no bairro de Afogados – Recife/PE, tem-se a estrutura do *site backup* do TRT6, no qual estão instalados **11** equipamentos servidores, cuja capacidade de processamento e de memória estão apresentadas nos gráficos a seguir:



Dados de Dez/2015

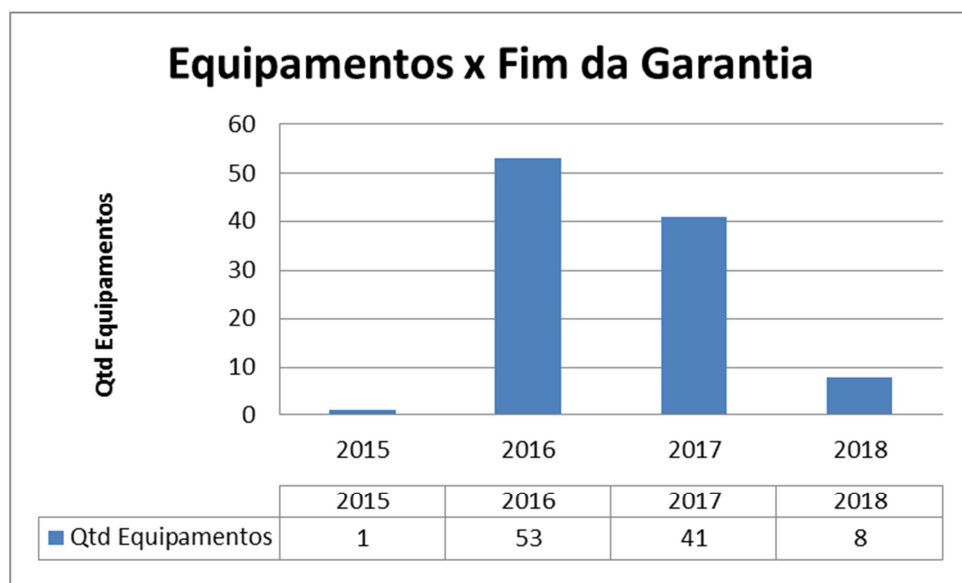
Servidores Instalados em outras Unidades do TRT6

Nas demais unidades do TRT6, tanto na Região Metropolitana do Recife (RMR) quanto no interior do Estado de Pernambuco, existem **42** equipamentos servidores de rede, todos com 32 GB de memória e com a capacidade de processamento apresentada no seguinte gráfico:



Vigência da garantia dos equipamentos utilizados na infraestrutura de rede TRT6

Do total de 103 equipamentos utilizados para a manutenção da infraestrutura de rede, relacionados na tabela a seguir, apenas a biblioteca de fita tem a vigência de garantia encerrando-se em 2015. Ao longo do ano de 2016 a vigência da garantia terminará para 51% dos equipamentos. Em 2017 esse percentual passa a ser de 40% dos equipamentos, como pode ser verificado no gráfico que sumariza essa informação.

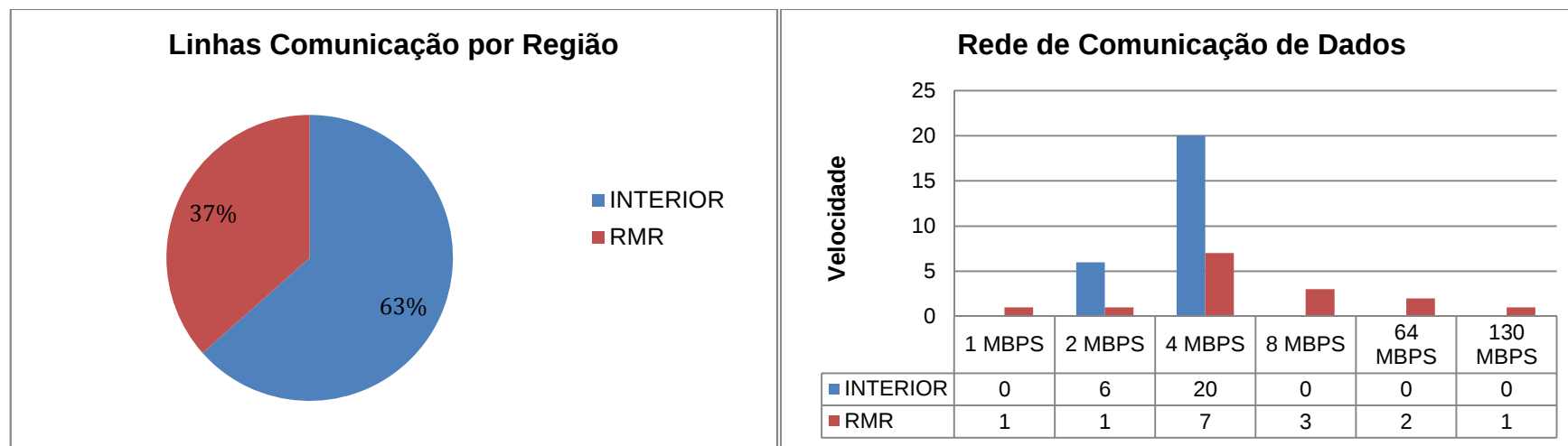


Dados de Dez/2015

TIPO EQUIPAMENTO	QTD
Biblioteca de fita	1
Chassis	2
Filtro de conteúdo	2
Firewall	4
Servidores de rede	76
Storage	18
TOTAL	103

Rede de Comunicação de Dados

A rede de comunicação de dados do TRT6 interliga a sede do Tribunal, situada na Av. Cais do Apolo, 617 com as demais unidades que funcionam em outros locais na Cidade do Recife, como a STI, Almoxarifado, Escola Judicial e o Fórum José Barbosa de Araújo. Além desses *links* de dados, existe uma malha de comunicação interligando as varas do trabalho e termos judiciais situados em outros municípios do Estado de Pernambuco. Para tanto, existem atualmente 41 linhas de comunicação com velocidades variadas, conforme exibido no gráfico abaixo:

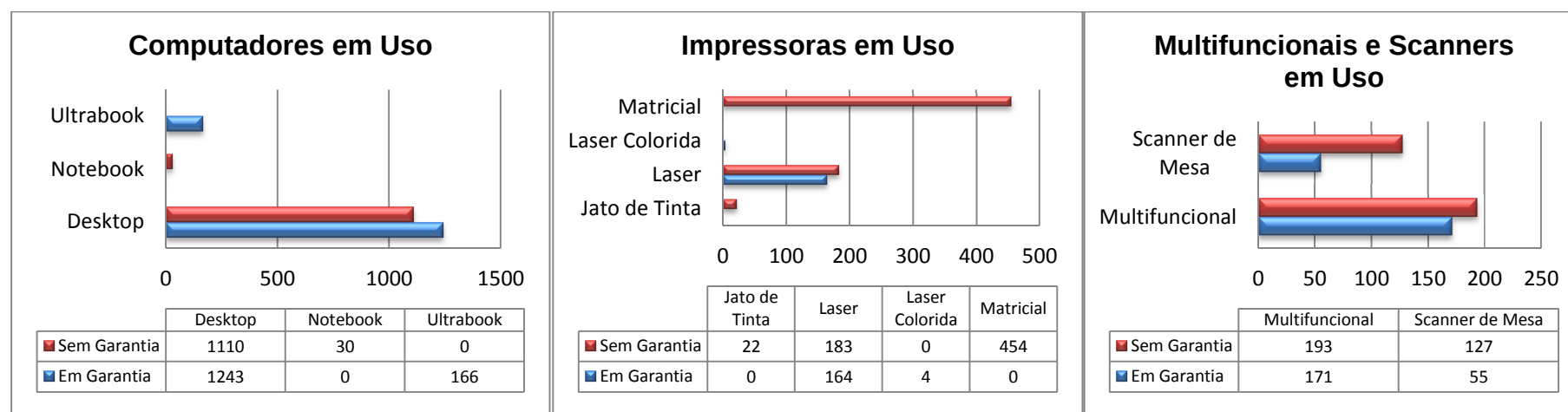


Dados de Dez/2015

Os dados apresentados demonstram que 63% das linhas de comunicação interligam as unidades do TRT que estão fora da região metropolitana. No interior do estado a velocidade máxima é de 4 MBPS para 77% das unidades. Já na região metropolitana, em função da demanda, 46% das linhas são de 4 MPBS, 40% delas são de 8MBPS até 130 MPBS e apenas 2 linhas têm velocidade inferior à taxa de 4 MBPS.

Anexo IV – Parque de Microinformática

Neste anexo são apresentadas as informações consolidadas sobre o parque de computadores, impressoras e scanners em uso, a partir de levantamento realizado com base nos dados do sistema de material e data de referência 30 de setembro de 2015.



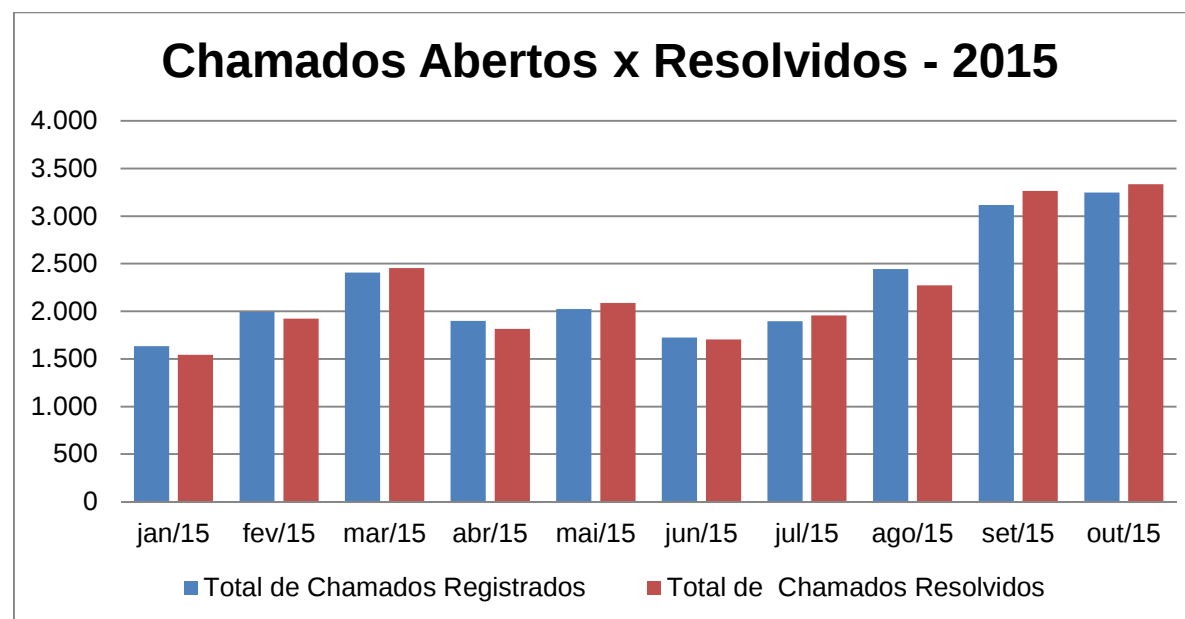
Dados de Dez/2015

Os dados, apresentados nos gráficos acima, indicam a existência de 47% de microcomputadores do tipo desktop e 100% dos notebooks sem cobertura de garantia. Por outro lado, 100% dos ultrabooks estão cobertos por garantia. Com relação às impressoras 80% delas estão sem garantia. Situação similar ocorre com relação aos scanners, uma vez que 70% estão sem garantia. Quanto às multifuncionais, 53% delas estão nessa situação.

Anexo V – Atendimentos aos Chamados Técnicos

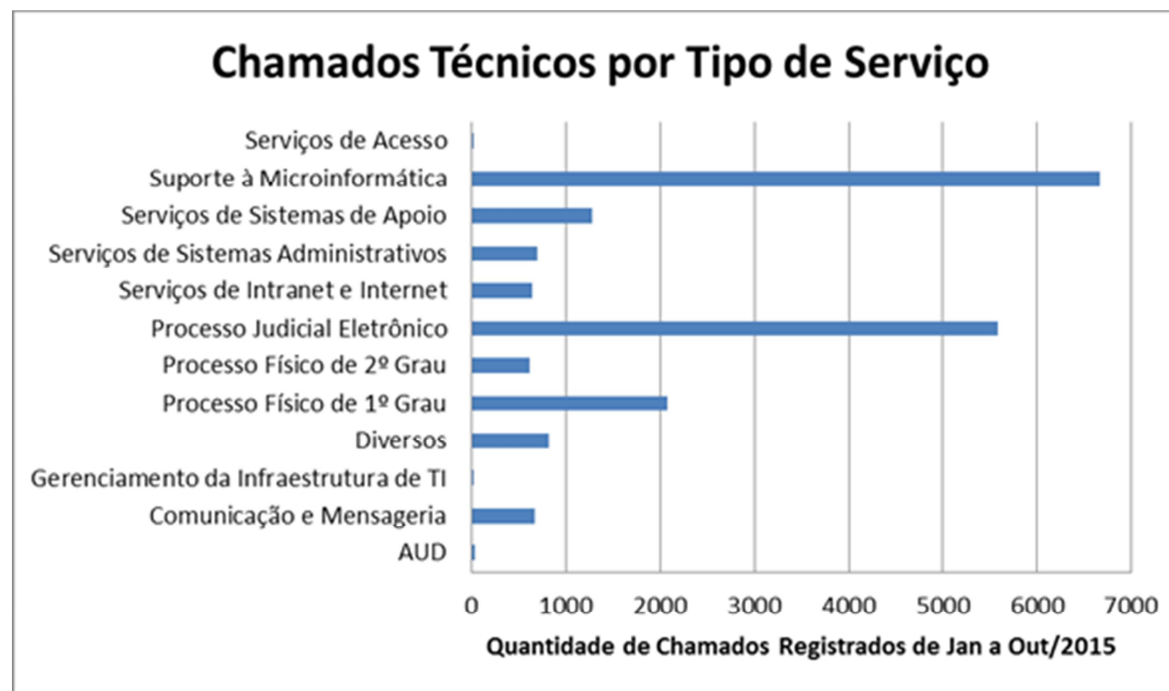
O atendimento aos usuários de Tecnologia da Informação é realizado, preferencialmente, por meio do registro de chamados em sistema específico, adquirido pelo TRT6 visando garantir agilidade no atendimento, facilidade e transparência encaminhamento das solicitações, registro das providências adotadas, entre outras práticas recomendadas pela ITIL.

No gráfico a seguir, têm-se os dados referentes à taxa de resolução dos 19.100 chamados registrados de janeiro a outubro de 2015. Esse gráfico permite verificar que em 5 meses foram resolvidos mais chamados do que os registrados e nos outros cinco meses desse período o índice ficou muito próximo a 100%.



Dados de Dez/2015

Ao se analisar os chamados técnicos por tipo de serviço, observa-se que dos 19.100 chamados, o maior volume de suporte concentra-se no atendimento às questões relacionadas com a microinformática, com 6.666 chamados correspondendo a 35% do total registrado. Em segundo lugar, vêm os chamados referentes ao Sistema PJe-JT, que atingiram o quantitativo de 5.590 registros, correspondendo a 29% do total e em terceiro lugar têm-se os chamados relacionados com o Sistema SIAJ1.



Dados de Dez/2015

Anexo VI – Contratações

A gestão orçamentária da Tecnologia da Informação engloba os contratos referentes à aquisições de equipamentos, licenças de software, soluções integradas e a contratação de serviços. Esses últimos, em geral, são de natureza continuada, sendo passíveis de prorrogação por meio de termos aditivos.

Contratos de Serviços - Natureza Continuada

Início da Vigência	Quantidade de Contratos	Valor Mensal Inicial	Valor Mensal Atual	Qtd de Termos Aditivos
2011	2	R\$ 8.596,16	R\$ 10.270,21	8
2012	2	R\$ 138.066,30	R\$ 171.473,78	5
2013	2	R\$ 22.698,06	R\$ 23.117,86	3
2014	1	R\$ 3.941,00	R\$ 4.131,13	1
2015	5	R\$ 170.101,50	R\$ 170.101,50	0
TOTAL	12	R\$ 343.403,02	R\$ 379.094,48	17

A tabela, a seguir, contém os dados consolidados referentes aos contratos vigentes que relativos às aquisições de equipamentos (hardware), licenças de uso de software e consultoria. As aquisições relativas à implantação da sala-cofre foram compiladas na categoria hardware.

Início da Vigência	Qtd	Valor Total das Contratações	Total Contratado por Objeto da Contratação		
			Consultoria	Hardware	Software
2013	3	R\$ 76.748,00	R\$ 22.750,00	R\$ 53.998,00	0
2014	18	R\$ 5.778.741,85	R\$ 55.919,78	R\$ 4.431.438,51	R\$ 1.291.383,56
2015	3	R\$ 198.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 159.000,00	R\$ 35.000,00

Dados de Dez/2015